

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

EXPANSÃO URBANA E VIOLÊNCIA JUVENIL NA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: 2000/2010

MARIA THEREZA MARGOTTO MARIANELLI

VILA VELHA
MARÇO / 2016

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

EXPANSÃO URBANA E VIOLÊNCIA JUVENIL NA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: 2000/2010

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha –ES, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

VILA VELHA
MARÇO / 2016

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

M333e Marianelli, Maria Thereza Margotto.
Expansão urbana e violência juvenil na região metropolitana da grande Vitória: 2000/2010. / Maria Thereza Margotto
Marianelli - 2016.
41 f.: il.

Orientadora: Rossana Ferreira da Silva Mattos.
Co-orientador: Humberto Ribeiro Junior.
Dissertação (mestrado em Segurança Pública) _
Universidade de Vila Velha, 2016.
Inclui bibliografias.

1. Segurança Pública. 2. Violência urbana.
I. Mattos, Rossana Ferreira. II. Ribeiro Junior, Humberto.
III. Universidade Vila Velha. IV. Título.

CDD 363.3

MARIA THEREZA MARGOTTO MARIANELLI

EXPANSÃO URBANA E VIOLÊNCIA JUVENIL NA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA: 2000/2010

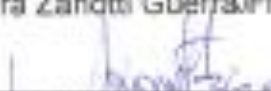
Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública,
para obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

Aprovada em 30 de março de 2016.

Banca Examinadora:




Profa. Dra. Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni (UFES)



Prof. Dr. Augusto Cesar Salomão Mozine (UVV)



Prof. Dr. Humberto Ribeiro Junior (UVV)



Profa. Dra. Rossana Ferreira da Silva Mattos (UVV)
Orientadora

Aos pequenos Bento, Maria, Renan, Victor,
Henrico, Mariana, Maryem.

Aos "crescidinhos" Danilo, Julinho, Marina.

Tomara que possamos lhes entregar um
mundo um pouco mais justo e cidadão!

AGRADECIMENTOS

“Nenhum dever é mais importante do que a gratidão”

Cícero

À Professora Rossana Mattos, que hoje tenho como modelo, não apenas de mestre, mas de mulher, mãe, esposa, guerreira, que luta com bravura por seus ideais e valores. Com você, aprendi que para uma obra de valor ser produzida, seja ela qual for, é necessário antes ter valores dentro de si. É uma honra tê-la como orientadora, mentora e amiga. Nunca esquecerei seus ensinamentos que podem ser bem traduzidos nas palavras de Daisaku Ikeda "ser herói não significa acertar constantemente. É muito mais que isso. O verdadeiro espírito de um herói encontra-se na intensa convicção de enfrentar e vencer as dificuldades em vez de desistir de tudo. Na vida de todos nós poderão surgir situações inesperadas. Poderão se manifestar obstáculos ou problemas que jamais havíamos imaginado. É justamente nesses momentos que revelamos o que verdadeiramente carregamos no nosso coração." A você minha eterna gratidão por ter investido, acreditado em mim e me incentivando a trilhar os caminhos do conhecimento. Obrigada pelo carinho, pela compreensão e pelo amor nesses dois anos de mestrado, que espero terem sido apenas o princípio de uma bela parceria.

Ao coorientador professor Humberto Ribeiro Jr., meu agradecimento por me incentivar a aprofundar os estudos em Direitos Humanos.

Aos membros da banca, professora Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni e ao professor Augusto César Salomão Mozine, que generosamente se dispuseram a ler e contribuir para o aperfeiçoamento deste trabalho. Obrigada.

A todos os professores do programa de pós-graduação pela dedicação e disponibilidade em compartilhar conhecimentos.

Aos funcionários da pós-graduação, em especial à Andréa, que sempre se dispuseram a ajudar nos momentos que precisei.

À FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e inovação do Estado do Espírito Santo) pela concessão de bolsa de pesquisa, imprescindível à realização deste trabalho.

A todos os colegas, pelos momentos tão agradáveis.

Por fim, agradeço especialmente: aos meus pais, que com grandeza e amor sem igual, sempre me apoiaram incondicionalmente. Obrigada por terem me ensinado a não desistir dos meus sonhos, por terem sempre acreditado em mim e por compartilharem as minhas conquistas e angústias. Obrigada pela sabedoria em me educar. Vocês sempre serão meus modelos de dignidade, força e perseverança. Sem vocês essa conquista não seria possível. Os amarei eternamente!

Aos meus irmãos, familiares, amigos e a todas as pessoas que me encorajaram e me ajudaram a produzir este trabalho, agradeço do fundo do coração.

E como não poderia deixar de ser, agradeço a Deus, que guia meus pensamentos, meus passos e que não me permite desacreditar em um mundo melhor, onde o amor, a paz e a caridade sejam valores supremos e almejados por todos nós.

"Aqueles que passam por nós, não vão sós,
não nos deixam sós. Deixam um pouco de si,
levam um pouco de nós."

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

MARIANELLI, Maria Thereza Margotto. Universidade de Vila Velha – ES, março de 2016. **Expansão urbana e violência juvenil na região metropolitana da Grande Vitória: 2000/2010.** Orientador: Rossana Ferreira da Silva Mattos. Coorientador: Humberto Ribeiro Junior.

O processo de urbanização desordenada, que caracteriza o Brasil, o Espírito Santo – ES, e a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, trouxe consequências que impactam toda a sociedade capixaba e podem ser sentidas em todas as esferas locais: política, econômica, ambiental e social. Além destas consequências, a RMGV convive com uma das piores mazelas da atualidade: a violência urbana, especificamente a juvenil. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a expansão urbana e a violência juvenil na Região, numa perspectiva multidisciplinar.

Palavras-chave: Expansão urbana. Violência urbana. Violência juvenil. RMGV.

ABSTRACT

MARIANELLI, Maria Thereza Margotto. The University of Vila Velha - ES, March 2016. Urban expansion and youth violence in the metropolitan region of the great victory: [2000/2010. The advisor: Rossana Ferreira da Silva Mattos. Coorientador: Humberto Ribeiro Junior.

The process of unplanned urbanization that characterizes Brazil, the Espírito Santo - ES, and the Greater Vitoria Metropolitan Area - RMGV brought consequences that impact all society and can be felt in all local spheres: political, economic, environmental and social. In addition to these consequences, the RMGV lives with one of the worst ills of today: urban violence, particularly youth. In this context, this research aims to analyze youth violence, a multidisciplinary perspective.

Keywords: Urban Violence. Urbanization. Juvenile Violence. RMGV.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 EXPANSÃO URBANA.....	11
1.2 EXPANSÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA.....	15
2 JUVENTUDE, POBREZA E CRIMINALIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA	18
2.1 VIOLÊNCIA URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA.....	21
3 EXPANSÃO URBANA E VIOLÊNCIA JUVENIL: JOVEM, NEGRO E POBRE, A PRINCIPAL VÍTIMA DA VIOLÊNCIA NA RMGV	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização desordenada na Região Metropolitana da Grande Vitória –RMGV, tem sido acompanhado por um acirramento da violência urbana. Pesquisas desenvolvidas sobre essa questão, por diversos autores, entre eles, Mattos e Zanotelli (2011), demonstram que a desigualdade socioespacial e a segregação urbana na região estão correlacionadas à violência.

Esse fato torna-se mais relevante quando analisamos a violência contra os jovens. Apesar de nos últimos anos alguns dados relacionados à violência urbana, principalmente homicídios, terem apresentado alguma redução, dados divulgados recentemente, em relação aos homicídios de jovens em 2012, colocam o Espírito Santo como um dos estados com um dos maiores índices de homicídios do Brasil (7,15). Vitória, capital do Estado ocupa a 6ª posição entre as capitais do país (5,20). Já a Região Metropolitana da Grande Vitória, formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, apresenta índices ainda mais significativos, onde entre os dez municípios com os maiores indicadores de violência de jovens, três pertencem à mesma. Cariacica está na 2ª posição nacional (10,47), Serra na 3ª (9,95) e Vila Velha em 10ª (8,22). (Homicídios na adolescência no Brasil – IHA, 2012).

Nesse cenário, esta pesquisa pretende avaliar em que medida a expansão urbana ocorrida no país, no período de 2000 a 2010, alterou o padrão da configuração socioespacial e contribuiu para a escalada da violência juvenil na Região Metropolitana da Grande Vitória, nas perspectivas histórica, política, econômica e social. Neste sentido, objetivamos analisar a dinâmica da organização do espaço metropolitano associando-a as transformações da estrutura socioespacial e sua possível correlação com a violência juvenil na RMGV.

Para melhor compreensão e análise da aliança entre expansão urbana e violência juvenil na RMGV, é de fundamental importância um procedimento metodológico que nos permita avançar no processo de conhecimento, a partir de um olhar interdisciplinar, alicerçado nos pressupostos da pesquisa.

Para tanto, elegemos o método histórico como instrumento para compreensão e análise dos fenômenos, que nos permitiu situar o objeto de estudo num processo de investigação mais amplo, relacionando eventos passados com

seus efeitos presentes, buscando um conhecimento crítico desses. Assim, nesse estudo adotamos uma interpretação que se baseou em pressupostos teóricos e articulação de dados, que se fundamentam em dados primários e secundários, documentos, entre outras fontes.

A abordagem quantitativa foi apoiada em pesquisa estatística dos dados dos Censos de 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN; da Secretaria Estadual de Segurança Pública, entre outras fontes.

Já a abordagem qualitativa constou de pesquisa bibliográfica, visando um aprofundamento teórico e uma maior contextualização das questões que envolveram a problemática em estudo.

1.1 EXPANSÃO URBANA

De acordo com o Relatório do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas, *World Population Prospects: the 2015 Revision*, a população mundial estimada em 2015 é de 7.349.472 mil habitantes, devendo chegar a 9.550.945 mil habitantes em 2050.

Em 2014, o mesmo departamento emitiu o relatório *World Urbanization Prospects: the 2014 Revision*, que estimou em 3.880.128 mil habitantes a população urbana mundial, e em 3.363.656 mil habitantes a população rural. Em 2050, a população urbana mundial deve chegar a marca de 6.338.611 mil habitantes, enquanto a população rural deverá sofrer uma diminuição, estimada em 3.212.333 mil habitantes.

A Terra urbanizou-se ainda mais depressa do que previra o Clube de Roma em seu relatório de 1972, *Limits of Growth* [Limites do crescimento], sabidamente malthusiano. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550.

Com efeito, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por semana. A força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população do mundo quando John F. Kennedy tomou posse. Enquanto isso, o campo, no mundo todo, chegou à sua população máxima e começará a encolher a partir de 2020. Em consequência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo o pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se aconteça em 2050. (DAVIS, 2006, p.13)

Diante dos números apresentados, nota-se que a população mundial cresce assustadoramente e que o processo de urbanização aumenta em proporção ainda maior, e com isso a população rural tende a diminuir anualmente. De acordo com Davis (2006), "Noventa e cinco por cento desse aumento final da humanidade ocorrerá nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento, cuja população dobrará para quase 4 bilhões de pessoas na próxima geração" (DAVIS, 2006, p.14).

Embora pareça um problema da modernidade, no Brasil desde o final do século XIX, período denominado "Primeira República", já conhecemos os efeitos perversos que a expansão urbana desordenada e a falta de planejamento urbano geraram para a sociedade, apesar desse mesmo período histórico também ter sido o palco de grandes reformas urbanas, já que:

[...] algumas cidades foram reformadas, imitando Paris, outras foram expandidas, imitando Viena e Barcelona, e outras ainda foram criadas. As principais seriam Belo Horizonte, a nova capital mineira pronta em 1897; São Paulo, que já vinha recebendo melhorias desde a década de 1870, como a abertura de novas ruas, calçamento de antigas, iluminação elétrica, além de água e esgoto; e o Rio de Janeiro, caso paradigmático, mediante grandes transformações no seu núcleo urbano (REIS FILHO, 2000 apud QUINTÃO, 2015, p. 37)

Nesse período, a expansão das atividades urbanas ligadas ao complexo cafeeiro, bem como a vinda em massa de imigrantes fez com que as principais cidades do país sofressem sua primeira crise urbana, já que não havia habitações suficientes para abrigar todo o contingente populacional de imigrantes, movidos pelo crescimento do mercado de trabalho. (BONDUKI, 2013, p. 17).

Para atender a tal demanda, foram abertos, indiscriminadamente e sem qualquer planejamento, novos bairros e loteamentos, que careciam de serviços e equipamentos públicos coletivos, como calçamento, saneamento básico, drenagem de córregos e várzeas, entre outros. Entretanto, de acordo com Bonduki (2013) os particulares que detinham a concessão de tais serviços, não conseguiam, com seus empreendimentos, acompanhar as transformações pelas quais a cidade passava.

Diante das dificuldades encontradas pelo poder público para o enfrentamento de tais demandas aliado ao desinteresse pelos bairros populares e o aumento vertiginoso da taxa de ocupação das moradias, as condições urbanas pioraram muito e os riscos para saúde pública aumentaram (BONDUKI, 2013).

O problema da habitação popular no final do século XIX é concomitante aos primeiros indícios de segregação espacial. Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionou inúmeros problemas, a segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo à elite áreas de uso exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos (BONDUKI, 2013, p.20).

Os espaços ocupados pelos trabalhadores tornaram-se cada vez mais insalubres devido às péssimas condições de vida a qual essa população estava submetida, não demorando muito para que as temidas epidemias assombrassem a população citadina. De acordo com Bonduki:

A deterioração das condições de vida na cidade, provocada pelo afluxo de trabalhadores mal remunerados ou desempregados, pela falta de habitações populares e pela expansão descontrolada da malha urbana obrigou o poder público a intervir para tentar controlar a produção e o consumo das habitações (BONDUKI, 2013, p.27).

Surgem assim, as primeiras leis urbanísticas, que passaram a regular, principalmente, o controle sanitário, o uso e ocupação do solo e a produção de habitações para a classe trabalhadora.

De acordo com Follador e Ferreira (2015, p. 78):

Primeiramente os cortiços foram alvo do governo, para depois as fiscalizações se estenderem aos ajuntamentos de casas que serviam como moradia coletiva. Onde houvesse moradores pobres identificados como classe perigosa, lá estaria o braço armado do poder público para sanear o local.

Segundo Mattos (2011) “[...] no Brasil, sob um discurso higienista de combate a doenças endêmicas e, respaldado numa política saneadora que mascarava a intenção de remoção dos pobres dos centros urbanos, é implementada uma prática excludente” (MATTOS, 2011, p. 54).

Prática cruel e segregária com a qual convivemos até os dias de hoje já que "as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente e revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade" (CALDEIRA, 2011, p. 2011). No Brasil, de acordo com a autora,

Ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 aos anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distância: as classes média e alta concentraram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 2011, p. 211).

Nesse sentido, ao analisar a atual configuração das cidades modernas, Bauman (2009) observa que,

Como bem sabemos, as cercas têm dois lados. Dividem um espaço antes uniforme em "dentro" e "fora", mas o que é "dentro" para quem está de um lado da cerca é "fora" para quem está do outro. Os moradores dos condomínios mantêm-se fora da desconcertante, perturbadora e vagamente ameaçadora - por ser turbulenta e confusa - vida urbana, para se colocarem "dentro" de um oásis de tranquilidade e segurança. Contudo, justamente, por isso, mantêm todos os demais fora dos lugares decentes e seguros, e estão absolutamente decididos a conservar e defender com unhas e dentes esse padrão; tratam de manter os outros nas mesmas ruas desoladas que pretendem deixar do lado de fora, sem ligar para o preço que isso tem. A cerca separa o "gueto voluntário" dos arrogantes dos condenados a nada ter. (BAUMAN, 2009, p.39)

Assim, segundo Harvey (2014, p. 47) "vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos" reflexo de uma urbanização desordenada e excludente. E hoje, nas cidades, são reproduzidas as mesmas práticas do final do século XIX, porém, em proporções maiores e mais preocupantes já que estas expandiram-se, tornando-se mais populosas, diversificadas e violentas. Mas a realidade urbana continua seguindo a mesma lógica, onde:

Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e patrulha de policiamento privado ininterrupta nas ruas, vêem-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove, e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é a norma. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana pela sobrevivência (BALBO,1993 apud HARVEY, 2014, p. 48).

Esse aumento vertiginoso da população urbana não vem sendo acompanhado do desenvolvimento urbano planejado e sustentável, principalmente nos países em desenvolvimento, acarretando assim um processo perverso de urbanização desordenada. Nesse sentido Davis (2016, p. 6) coloca que:

[...] Nas Américas, os geógrafos já mencionam um leviatã conhecido como Região Metropolitana Ampliada Rio - São Paulo (RMARSP), que inclui as cidades de tamanho médio no eixo viário de 500 quilômetros entre as duas maiores metrópoles brasileiras, assim como a importante área industrial denominada Campinas; com uma população atual de 37 milhões de habitantes, essa megalópole embrionária já é maior que Tóquio-Yokohama.

De acordo com os relatórios citados anteriormente (p.7), em 2014 a população urbana brasileira foi estimada em 172.604 mil habitantes e a população rural em 29.429 mil habitantes. Em 2050 a previsão é de que o Brasil seja um país 91% urbano, com uma população urbana de aproximadamente 210.238 mil habitantes e população rural de apenas 20.882 mil habitantes.

Considerando o exposto anteriormente, podemos identificar a necessidade de conciliação do crescimento urbano com o desenvolvimento social, tarefa complexa, principalmente se levarmos em conta as variáveis políticas, econômicas e sociais brasileira.

1.2 EXPANSÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

O Espírito Santo e Vitória, sua capital, das capitais dos Estados vizinhos, até o princípio do século XX, ainda era uma cidade muito pouco desenvolvida (Foto1), com uma parca ocupação urbana, em que "[...] a capital se constituía de um núcleo urbano limitado, pequeno, e 'preso' ao passado colonial, fruto da (des)organização portuguesa na constituição de vilas e cidades ao longo de sua colônia na América (QUINTÃO, 2015, p.19). A justificativa para o parco desenvolvimento urbano de Vitória era que:

[...] estava diretamente relacionado à estagnação econômica da região, fruto da decadência da exportação de açúcar e, a partir do século XVIII, da proibição da construção de estradas entre essa cidade e a região de Minas Gerais, então a mais densamente povoada da América Portuguesa. (QUINTÃO, 2015, p.23)



Figura 1 – Cais do Schmidt em 1923

Fonte: Mattos, 2011.

Além disso, havia a questão relacionada:

[...] aos poucos recursos à disposição dos governantes da antiga capitania; à economia incipiente (agricultura), incapaz de gerar excedentes aplicáveis no urbano; à expulsão dos jesuítas (meados do século XVIII), com prejuízos para a agricultura e para a paz com os índios; [...] ao isolamento da Vila com a Capitania, dificultando o acesso das mercadorias (MATTOS, 2011, p.85).

Porém, para Quintão (2015), um dos principais pontos que esclarecem o motivo de o desenvolvimento do núcleo urbano de Vitória ter permanecido estagnado por tanto tempo foi que a:

[...] ausência de vias férreas chegando à cidade, somava-se o fato de a produção cafeeira exportada pelo porto da capital ser insuficiente para gerar excedentes de capitais capazes, por sua vez, de realizar significativos investimentos em infraestrutura e transporte, de comércio e, principalmente, no núcleo urbano (QUINTÃO, 2015, p.30).

Além disso, com o desenvolvimento da cafeicultura, no sul do Estado, em meados do século XIX, a capital deixou de ser a principal cidade do Estado, cedendo lugar para Cachoeiro de Itapemirim que sustentava o primeiro lugar na economia estadual por sua importante produção de café. Assim, durante muito tempo "[...] Vitória, sede administrativa do Espírito Santo, tem sua constituição urbana baseada em suas funções política e burocrático-administrativa" (MATTOS, 2011, p.88).

Somente na década de 1980, a RMGV vive seu processo de expansão urbana, resultado da instalação dos Grandes Projetos Industriais¹, a partir da década de 1960.

Como no Brasil, a expansão urbana na RMGV (Figura 2) deu-se de forma desordenada, tendo como consequências, dentre outras questões, um acirramento da desigualdade socioespacial, da segregação e da violência urbana.

¹ Quanto à caracterização dos mesmos, os setores secundário e terciário compreendiam:

Complexo Siderúrgico: **1) Usina Siderúrgica de Tubarão** — Localização: Ponta de Tubarão — Município da Serra — Grande Vitória; Linha de Produção: Semi-acabados (*slabs*) destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno; **2) Usina de Laminação Não-Planos** (projeto em expansão) — Localização: Município de Cariacica — Grande Vitória, Linha de Produção: não-planos, tais como: fio-máquina, barris, perfis, cantoneiras, etc.; **3) Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce** — Localização: Ponta de Tubarão — Vitória; Linha de Produção: *pellets* de minério de ferro; **4) Usina de Pelotização da Samarco** — **Localização:** Praia de Ubu — Município de Anchieta, litoral sul, ES — **Linha de Produção:** *pellets* de minério de ferro — A implantação da Samarco exigiu, além do complexo portuário no Espírito Santo, instalações de lavra, concentração e parte do mineroduto no Estado de Minas Gerais.

Complexo Naval : Localização: Praia de Camburi — Vitória

Complexo Paraquímico: 1) Aracruz Celulose S/A — Localização: Barra do Riacho — Município de Aracruz, ES — Linha de Produção: celulose branqueada tipo Kraft — O investimento acoplava: indústria, floresta e infraestrutura portuária; 2) Flonibra — Empreendimentos Florestais — Localização: Municípios de São Mateus e Linhares — litoral norte, ES — Linha de Produção: celulose branqueada tipo Kraft.

Complexo Portuário: 1) Portos de apoio: Superporto de Tubarão para a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST); Porto de Barra do Riacho (terminal da aracruz Celulose); Terminal de exportação de Ubu (Samitre/Marcona) — Samarco; 2) Obras portuárias do canal da baía de Vitória: melhoria do atual cais comercial de Vitória e do canal de acesso; construção do cais de Capuba/Atalaia (Terminal do Corredor de Exportação — GO/MG/ES); construção do Cais de Jaburuna (para contêineres); construção do Cais de Aribiri (carga geral); ampliação, melhoria e adaptação do cais do Jabour (de açúcar, petróleo, melação, álcool, cimento e gusa) (SIQUEIRA, 2001, p.89-91).



Figura 2 – Região Metropolitana da Grande Vitória

Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal IPPUR/UFRJ
Fase 2002

2 JUVENTUDE, POBREZA E CRIMINALIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

De acordo com pesquisa realizada por Silva (apud Rosa, 2013), o atendimento à infância e à adolescência no Brasil passou por três momentos significativos: entre 1500 e 1920, fase do descobrimento, também denominada fase da filantropia ou do assistencialismo; de 1920 a 1980 a institucionalização, com a formação de um forte aparato jurídico; e finalmente, a partir da década de 1980 entramos na fase de atendimento à criança e ao adolescente.

Na fase do descobrimento, o principal objetivo era garantir condições sociais mínimas às populações carentes. Para tanto, eram realizadas internações visando assistir e proteger os jovens que, vivendo em condições de absoluta pobreza, e em condições morais consideradas anormais ou desviantes, representavam um risco à segurança e à tranquilidade social, já que eram considerados possíveis futuros delinquentes (ROSA, 2013).

A partir da década de 1920, com o intuito de tutelar a infância e a juventude brasileira, o Estado passa a incrementar seu aparato jurídico, e assim, em 1927, lança o Código de Menores (Código de Menores De Mello Mattos). E em 1941 são criados os Juizados de Menores e o Serviço de Assistência ao Menor – SAM. E em 1964 é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Nessa fase, as internações também eram realizadas, com o intuito de prevenir que crianças e adolescentes, das camadas mais pobres da sociedade, se tornassem criminosos já que a delinquência juvenil era considerada um fator intrinsecamente ligado à pobreza (ROSA, 2013).

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como “A Constituição Cidadã”, inicia-se a fase de atendimento à criança e ao adolescente. Esse período foi marcado pela edição de diversos documentos internacionais, que têm como objetivo garantir a proteção e o bem-estar desses indivíduos, tendo por base a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Na esteira desses acontecimentos, no Brasil, entra em vigor a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que consagrou a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente. A partir de então, do ponto de vista legal, deixam de ser considerados “coisa” para tornarem-se sujeitos de direito, isto é, cidadão plenos, entretanto, sujeitos à proteção prioritária por serem indivíduos em fase de desenvolvimento moral, físico e psicológico.

Nesse sentido Adorno, Bordini e Lima (1999, p. 62) colocam que:

A partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e sobretudo ao amparo jurídico.

Porém, ao analisar os 15 anos do ECA, Piovesan (2005), alerta que as mazelas continuam permeando o cotidiano dos jovens brasileiros, uma vez que, segundo a autora,

No que se refere à afronta aos direitos sociais das crianças e adolescentes (como, por exemplo, saúde, educação e moradia), observa-se que, além da vulnerabilidade específica decorrente da idade, crianças e adolescentes no Brasil têm acentuado o grau de vulnerabilidade, sofrendo uma dupla ou tripla discriminação, quando ao fator idade adicionam-se os fatores gênero, raça, etnia ou desigualdade econômico-social. A discriminação implica pobreza e a pobreza implica discriminação.

Se, no Brasil, crianças e adolescentes representam 61 milhões de habitantes, deste universo, 29 milhões (quase 50%) são afro-descendentes. Cabe atentar que 45% do total de crianças e adolescentes são pobres, sendo consideradas pobres 71% das crianças indígenas e 58% das crianças afro-descendentes. No que se refere às crianças e adolescentes da área rural, 74% são consideradas pobres, sendo este índice o dobro do índice da pobreza encontrada nas áreas urbanas, 36,7%. (PIOVESAN, 2005, p.1).

Entretanto, Adorno, Bordini e Lima (1999) observam que o fenômeno da violência não é verificado apenas na sociedade brasileira, pois segundo ele,

Talvez fosse algo ousado dizer, mas nada impede de aventar a hipótese segundo a qual a própria construção social da adolescência e da juventude esteja sendo submetida à lógica do que vem se convencendo a chamar de processo de globalização, inclusive para o bem ou para o mal sua faceta perversa — o envolvimento com o mundo do crime e com a violência. Tal hipótese, no entanto, não significa ignorar o peso e a influência das particularidades próprias da sociedade brasileira em sua aparentemente infundável capacidade de acompanhar tendências gerais, acentuando-as até o ponto de torná-las dramáticas (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999, p.70).

Nesse sentido, além de considerar a complexidade que envolve o fenômeno da violência, Misse (1995, p.2) alerta para uma questão que deve permear a análise da discussão sobre a violência na atualidade brasileira, tendo em vista “[...] as oscilações e deslocamentos estratégicos do capitalismo local e mundial em suas temáticas mais hegemônicas”. Assim a violência,

[...] que hoje ocupa nossa atenção é outra, a chamada “violência urbana”, com a qual quase ninguém simpatiza, e que aponta para a deteriorização das redes de controle social e a emergência e rápida progressão do “crime organizado” na América Latina e no Brasil, particularmente aquele que se conecta com o tráfico internacional de drogas (MISSE, 1995, p.2).

Desse modo, é importante caracterizarmos o conceito de violência a ser utilizado nesta pesquisa, uma vez que a mesma possui diversas vertentes, sendo que muitas reproduzem o preconceito e o discurso higienista, tanto por parte da sociedade quanto do poder público. Nesse sentido Silva (2008) argumenta que:

Quase sempre a noção de "violência urbana" se restringe às atividades de um tipo específico de agente - o criminoso, mais particularmente o traficante de drogas. Mas nem sempre: diferentes formas de incivildade podem ser incluídas nesse rótulo. Note-se que, embora a noção de "crime" seja extraída das definições legais, não deve ser confundida com elas. Para a população em geral, "crime" é uma representação social, não uma figura jurídica. (SILVA, 2008, p.20)

Rolnik (1999), ao fazer uma correlação entre o processo de urbanização desordenada e a desigualdade socioespacial brasileira, apresenta as diferenças econômicas e sociais, em que o “urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção, ou ainda da condição jurídica da posse daquele território.” (ROLNIK, 1999, p.100).

Neste cenário, a relação entre a desigualdade social, segregação urbana e violência fica evidente. A seguir analisaremos esses fenômenos na RMGV.

2.1 VIOLÊNCIA URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

No Espírito Santo ocorre o mesmo processo de urbanização desordenada do Brasil, a partir da década de 1970 (Tabela 1), com consequências mais graves, pois se comparado a São Paulo, maior produtor nacional de café, a erradicação dos cafezais capixabas atingiu área proporcionalmente maior, liberando uma enorme quantidade de mão de obra desqualificada, em razão da substituição da cafeicultura pela pecuária. Com isso,

A mão-de-obra liberada pela erradicação do café, culminando com um saldo de 60.394 desempregados, composta prioritariamente por pequenos agricultores sem qualificação, e a recuperação dessas áreas por atividades alternativas, onde a pastagem representou 73,85% [...], o que exigiu a expansão e concentração da grande propriedade rural, foram fatores decisivos para o movimento migratório no Espírito Santo no período. O desemprego e o êxodo da população rural para áreas urbanas [...] foram consequências mais graves da crise social gerada pela política de erradicação no estado. (MATTOS, 2011, p.101).

**Tabela 1 - Evolução da população rural e urbana do Estado do Espírito Santo:
1940 - 1970**

Anos	População Total	População Rural	%	População Urbana	%
1940	750.107	593.099	79,07	157.008	20,93
1950	861.562	666.627	77,37	194.935	22,63
1960	1.169.553	799.478	68,36	370.075	31,64
1970	1.599.333	877.417	54,86	721.916	45,14

Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI, 2000

Nesse cenário, a RMGV além dos impactos nas esferas política, econômica, ambiental e social teve como consequência uma das piores mazelas da atualidade: a violência urbana. Nesse sentido, Maricato destaca outra variável que possui forte correlação com a violência urbana: a segregação urbana ou ambiental. Segundo a autora:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se a menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra as mulheres e crianças, difícil acesso à justiça, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 2003, p. 152).

Na RMGV, esse processo desordenado de urbanização intensificou e gerou novas formas de desigualdades sociais na medida em que a economia local não possuía grandes condições de absorver produtivamente a força de trabalho trazida pela migração (MATTOS, 2011).

Tal processo de urbanização desordenada tem sido acompanhado por um acirramento da violência urbana. Pesquisas demonstram que a desigualdade socioespacial e a segregação urbana na região estão correlacionadas à violência. Segundo Mattos (2011, p. 209) no Brasil,

[...] a miséria, aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, em que as maiores vítimas são os jovens, pobres e segregados, aumento esse evidenciado por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, e por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico.

E esse fato também se reproduz na RMGV, onde as taxas de violência, principalmente as de homicídios, incidem sobre os jovens, conforme análise a seguir.

2.2 VIOLÊNCIA JUVENIL NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Conforme já discutido anteriormente, a violência é uma das piores consequências da expansão urbana desordenada e da ausência de políticas públicas que atuem nas reais causas da mesma. Além disso, a visão da sociedade sobre a violência muitas vezes é baseada em pressupostos que refletem a intolerância e preconceito contra os alvos da mesma. Segundo Silva (2008),

[...] a violência urbana é objeto de preocupação da população das grandes cidades brasileiras e um dos temas centrais da agenda pública. Mas a expressão não indica apenas um problema coletivo e um tema de debate. todos nós sabemos que a violência urbana é real, concreta, e reconhecemos, com pouca margem a dúvidas, qual o complexo de práticas e relações sociais por ela designado. Em suma: todos sabem o que é "violência urbana". Nesse sentido, "violência urbana" é uma representação coletiva, uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores - como indivíduos isolados ou em ações coletivas - consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam. (SILVA, 2008, p.35).

Além disso, Silva (2008, p.14) ressalta uma questão presente na sociedade brasileira que é o preconceito e a marginalização da população mais fragilizada socialmente e, com isso alvo constante de preconceito. Segundo o autor:

Nas favelas, os confrontos entre bandos armados, com ambígua e sempre truculenta interveniência do aparelho policial, dificultam, quando não impedem, o desfrute regular e continuado da liberdade elementar de ir e vir. Isso é agravado pela contrapartida de uma mentalidade que sempre definiu os territórios da pobreza e as manifestações dali provenientes como perigosos, mas vem adquirindo conteúdos novos. O antigo fantasma das classes perigosas agora reencarna na ameaça representada pela violência criminal, que é rotineira e, portanto, "próxima", personalizada. O medo correspondente não é mais, como antes, de uma revolta popular capaz de abalar a dominação burguesa, nem contágio da (i)moralidade derivada de uma suposta desorganização familiar tipicamente atribuída aos mais pobres. O medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios da pobreza, cujo caso exemplar na representação social são as favelas, vistas como lugares prenhes de uma violência descontrolada. não mais se trata de prevenir a revolução, "subindo o morro antes que ele desça" em um esforço considerado como civilizatório, para usar a conhecida fórmula dos anos 1960.

A antiga demanda de controle da ação política converteu-se em reivindicação de repressão cada vez mais violenta, como barreira à "descida de bandidos de todos os tipos", que seria o equivalente a atual fórmula (SILVA, 2008, p.14).

Assim é necessária a desconstrução do imaginário social brasileiro de que a violência homicida do Brasil está diretamente ligada e explicada pelas estruturas do crime, mais especificamente da droga.

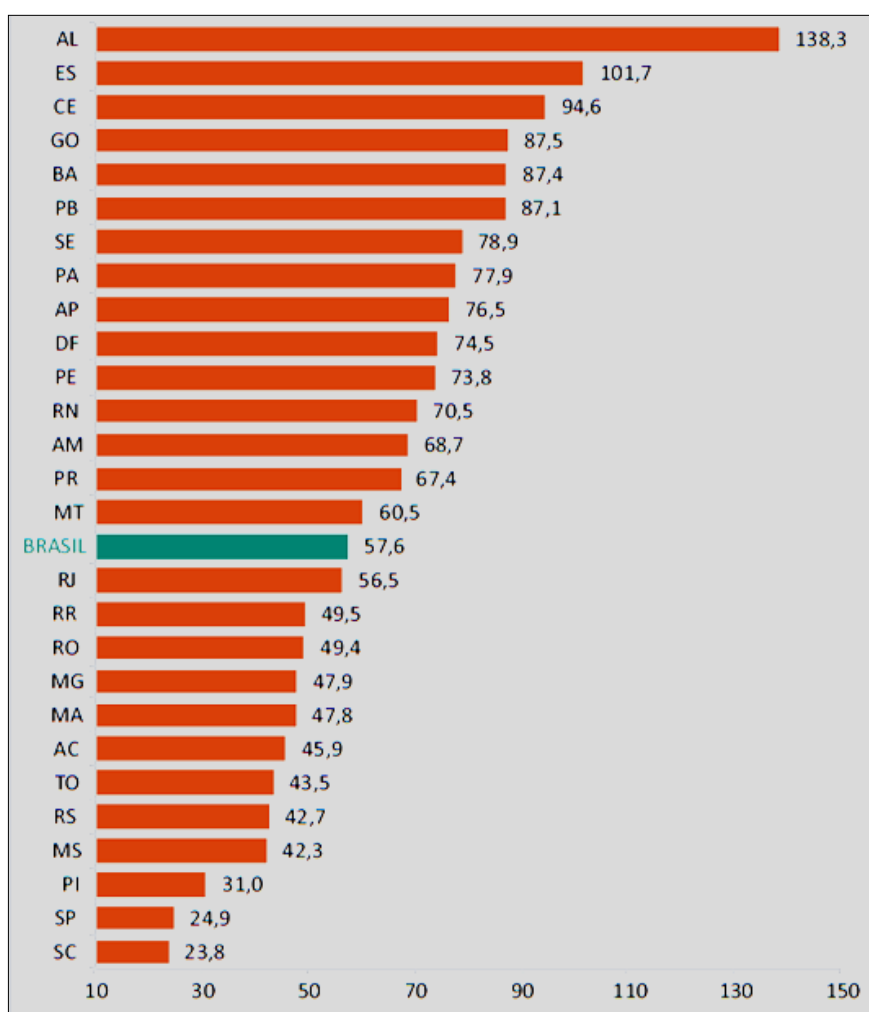


Figura 3 - Ordenamento das UF's segundo taxas de homicídio juvenil, por 100 mil jovens - Brasil, 2012

Fonte: SIM/SVS/MS

No Espírito Santo, a partir da análise da análise dos dados, apresentados nas figuras 1, 2 e 3, constata-se que:

- O Estado do Espírito Santo encontra-se em segundo lugar no *ranking* das Unidades da Federação (UF) onde há mais jovens vítimas de homicídio, estando atrás, somente, de Alagoas (Figura 3);
- A Capital, Vitória, é a quarta do país onde mais morrem jovens por homicídio (Figura 2) e;
- Vitória é a Capital que possui a maior taxa de homicídio de jovens (por 100 mil habitantes) na região sudeste (Figura 4).

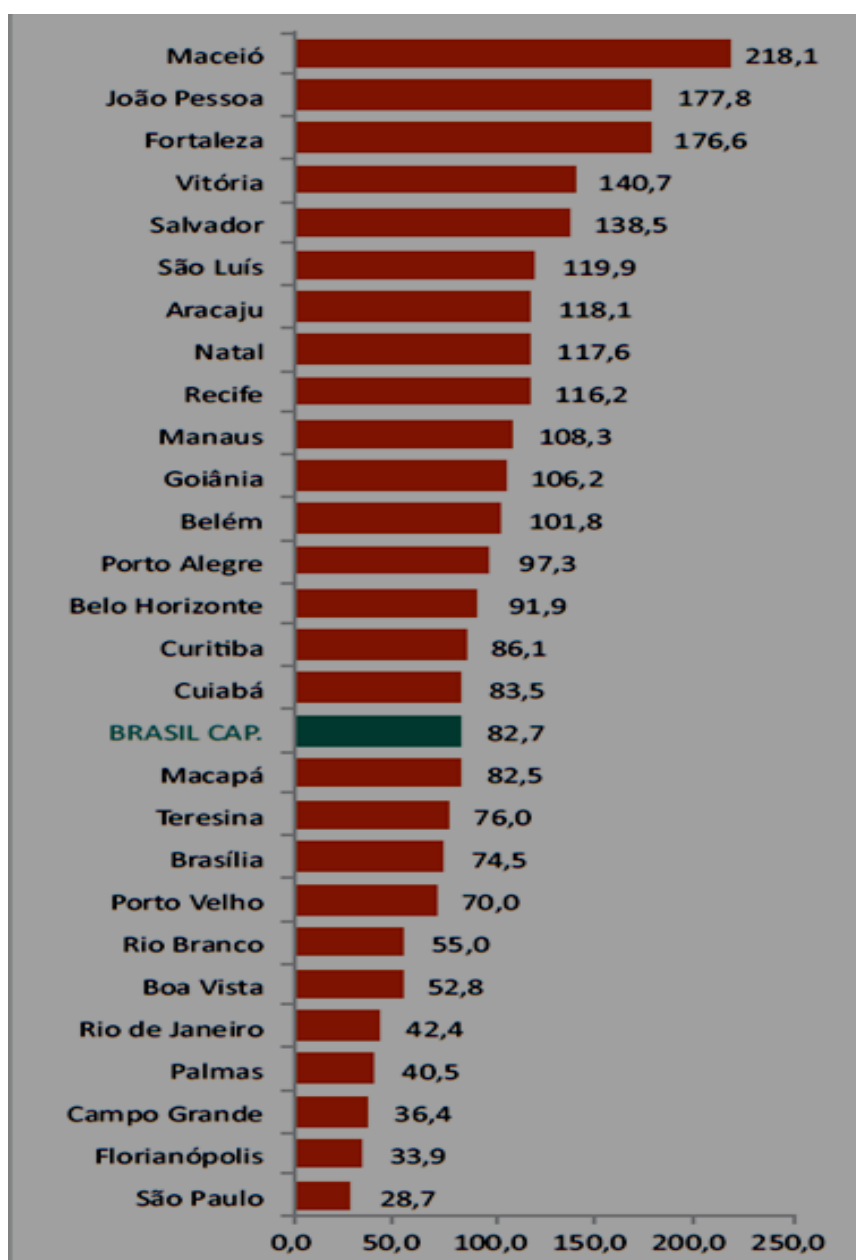


Figura 4 - Ordenamento das Capitais por taxas de homicídio juvenil, por 100 mil jovens - Brasil, 2012

Fonte: SIM/SVS/MS

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
												02/12	11/12
Belém	59,8	68,0	57,4	84,5	67,7	73,2	100,7	100,9	126,1	95,7	101,8	70,2	6,4
Boa Vista	84,6	59,1	46,2	38,1	39,6	42,8	40,1	48,6	45,0	31,9	52,8	-37,6	65,4
Macapá	85,4	104,0	83,1	73,7	79,5	69,3	94,3	65,0	103,8	65,3	82,5	-3,4	26,3
Manaus	49,4	56,6	49,3	57,4	63,0	66,0	76,2	88,2	95,1	118,4	108,3	119,4	-8,5
Palmas	28,4	31,6	36,0	23,4	24,6	18,9	27,5	25,5	43,0	49,3	40,5	42,5	-17,7
Porto Velho	118,8	92,4	141,3	93,7	107,6	96,3	77,4	84,8	77,5	62,2	70,0	-41,1	12,5
Rio Branco	88,5	67,6	69,4	48,2	65,2	52,0	51,7	51,5	42,3	35,7	55,0	-37,8	54,0
NORTE	64,4	66,4	62,2	66,6	66,1	66,1	79,3	82,5	93,3	87,9	90,1	40,0	2,5
Aracaju	110,2	97,0	82,8	69,8	92,1	78,7	85,5	82,9	76,4	88,3	118,1	7,2	33,7
Fortaleza	59,9	52,3	52,0	70,0	70,4	81,7	76,3	77,8	112,0	114,9	176,6	195,0	53,7
João Pessoa	83,5	84,3	84,6	98,0	99,4	110,9	123,3	148,5	186,9	196,0	177,8	112,9	-9,3
Maceió	124,7	133,1	140,9	146,0	207,8	214,8	246,3	220,8	275,5	255,3	218,1	74,9	-14,6
Natal	28,2	46,1	29,3	42,8	43,0	61,3	68,2	88,9	82,9	104,0	117,6	316,4	13,0
Recife	195,8	197,0	210,2	197,3	202,6	202,1	194,6	173,9	134,3	136,9	116,2	-40,6	-15,1
Salvador	48,8	61,8	60,0	78,1	89,9	108,6	145,4	158,4	168,7	142,3	138,5	184,0	-2,7
São Luís	35,3	54,7	63,2	56,5	61,7	74,5	83,5	103,0	111,0	95,8	119,9	239,9	25,2
Teresina	53,4	51,7	49,3	62,8	70,0	53,4	50,4	54,5	57,1	64,2	76,0	42,5	18,4
NORDESTE	78,5	83,3	83,9	92,1	102,8	110,9	122,7	126,6	137,1	132,1	143,8	83,1	8,8
Belo Horizonte	92,6	125,7	146,4	119,1	111,0	116,6	101,8	88,8	78,6	88,5	91,9	-0,8	3,8
Rio de Janeiro	136,4	122,1	117,1	93,5	100,7	82,3	68,9	68,1	56,6	44,5	42,4	-68,9	-4,6
São Paulo	111,2	110,5	82,0	53,5	40,7	30,9	25,1	27,4	22,9	20,2	28,7	-74,2	41,9
Vitória	182,3	163,1	170,5	175,3	176,5	169,7	169,5	167,6	172,3	134,0	140,7	-22,8	5,0
SUDESTE	117,2	116,6	101,6	75,3	69,1	59,0	50,1	49,5	42,3	37,7	42,4	-63,8	12,5
Curitiba	69,2	74,3	84,4	90,7	103,5	103,5	120,0	117,9	121,4	91,6	86,1	24,4	-6,0
Florianópolis	51,1	62,9	61,4	58,5	43,6	45,7	59,9	50,1	50,2	42,7	33,9	-33,7	-20,7
Porto Alegre	88,1	79,4	90,8	91,2	75,0	107,3	101,1	91,0	81,0	79,4	97,3	10,5	22,5
SUL	74,4	75,0	84,2	87,1	85,8	98,1	106,1	100,2	97,2	80,8	83,6	12,4	3,4
Brasília	68,4	73,9	70,5	60,6	60,7	71,4	72,5	81,5	69,3	71,0	74,5	8,8	4,9
Campo Grande	60,7	68,9	56,5	53,8	50,0	64,3	56,3	56,8	36,8	40,9	36,4	-40,1	-11,0
Cuiabá	100,0	94,6	86,3	90,7	86,8	74,4	77,9	88,0	82,5	80,5	83,5	-16,5	3,7
Goiânia	70,1	69,7	66,5	69,4	67,8	70,8	92,2	75,6	71,5	95,6	106,2	51,4	11,0
CENTRO OESTE	71,3	74,4	69,2	65,1	63,8	70,5	75,6	77,2	66,5	73,8	77,9	9,3	5,5
BRASIL CAP.	92,6	94,1	87,4	78,5	78,5	78,6	81,2	82,3	80,8	76,6	82,7	-10,7	8,0

Figura 5 - Taxas de homicídio (por 100 mil) na população Jovem por Capital e Região Brasil, 2002/2012

Fonte: SIM/SVS/MS

Além disso, quatro municípios integrantes da RMGV, Serra, Cariacica, Vitória e Vila Velha, encontram-se entre os 100 municípios do Brasil, com mais de 10 mil jovens, e em relação ao Estado, ocupam os primeiros lugares, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Número e taxas (por 100 mil) de homicídio nos municípios com mais de 10 mil jovens. População Jovem. Brasil. 2008/2012

Município	UF	Popul.	Homicídios					Taxa 2012	Posição	
			2008	2009	2010	2011	2012		Nac.	Est.
Serra	ES	121917	265	243	238	246	241	197,7	15°	1°
Cariacica	ES	97200	192	198	149	153	158	162,6	35°	2°
Vitória	ES	90232	144	140	153	120	127	140,7	45°	4°
Vila Velha	ES	113297	147	181	142	143	126	111,2	96°	5°

Fonte: SIM/SVS/MS

3 EXPANSÃO URBANA E VIOLÊNCIA JUVENIL: JOVEM, NEGRO E POBRE, A PRINCIPAL VÍTIMA DA VIOLÊNCIA NA RMGV

Já é de conhecimento de grande parte da comunidade científica que a falta de investimento nas regiões periféricas das cidades brasileiras contribuem para o processo de exclusão socioespacial o que resulta em altas taxas de desemprego e subempregos, entre outras questões, principalmente na população jovem e negra, e um acirramento do processo de segregação sobre essa população. Por outro lado, segundo o censo de 2010 e do estudo "Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o período 2000/2060 e Projeção da População das Unidades da Federação Por Sexo e Idade para o período 2000/2030", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra brasileira, ultrapassou a casa dos 100 milhões de pessoas.

Entretanto, o preconceito e a rejeição, por parte da sociedade brasileira, e a falta de políticas públicas em relação à realidade desse segmento da população, contribuem para o processo de vitimização dos negros. Nesse sentido, Oliveira (2008, p. 270) para as diferenças da vivência da juventude em relação a sua inserção social.

Mesmo entre nós seria possível pensar distinções quanto à vivência da juventude nos diferentes segmentos sociais. Na sociedade ocidental burguesa, tem-se um conjunto de valores que aparecem como dados essenciais da natureza humana, mas que de modo concreto só se realizam plenamente no que diz respeito aos membros de privilegiada inserção social. O caso da juventude é um deles.

Pode-se classificá-la como o período necessário para a preparação do agente, de modo que ele possa vir a participar com todo seu potencial biológico e cultural da vida social. Isto indica uma preparação mais alongada requerida pelo desempenho de funções de prestígio e/ou de melhor remuneração.

Para os agentes de posição social inferior, costuma ocorrer uma incipiente inserção no mercado de trabalho em função das necessidades materiais mais urgentes, implicando uma prematura assunção de responsabilidades e o conseqüente encurtamento do período em que se costuma pensar a vivência da juventude. (OLIVEIRA, 2008, p.270).

Em relação à cor, o Estado do Espírito também não possui diferenças significativas em relação à violência contra os negros em todo o Brasil, sendo os jovens as maiores vítimas de homicídios.

No Espírito Santo, o número de homicídios contra os jovens, quando comparado aos índices do país, demonstra que as taxas de homicídios (por 100 mil) na população jovem branca é muito menor que as mesmas taxas referentes à população jovem negra, de acordo com os dados do Mapa da Violência – 2014 e conforme Figuras 5 e 6. A Figura 7 também reforça essa constatação onde na comparação entre as das Capitais das Unidades da Federação, Vitória se apresenta como a quarta Capital do país onde mais se mata jovens negros por homicídio (Figura 8) além de possuir um número de vítimas negras superior ao dobro do número de vítimas brancas na mesma faixa etária.

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
												02/12	11/12
Acre	78,9	64,1	49,0	49,4	54,8	37,3	41,7	14,6	27,6	17,5	13,3	-83,1	-23,9
Amapá	25,2	28,8	17,8	24,4	23,9	32,2	9,1	6,9	33,7	31,3	34,1	35,1	8,9
Amazonas	15,5	14,2	21,0	18,6	22,9	10,2	7,9	5,4	20,9	35,0	23,3	50,2	-33,5
Pará	16,6	16,4	18,7	21,6	19,4	22,0	24,1	26,4	30,8	24,5	23,9	44,0	-2,2
Rondônia	79,1	57,3	68,6	51,1	55,8	30,7	40,9	38,2	31,6	29,9	31,0	-60,8	3,7
Roraima	98,9	25,3	45,1	19,5	62,4	15,7	23,5	4,5	17,3	4,2	17,7	-82,1	326,1
Tocantins	18,5	28,5	30,5	22,5	23,3	10,9	16,7	14,1	19,5	23,1	29,6	59,7	28,2
NORTE	27,8	24,7	28,2	26,1	27,9	20,6	22,3	20,5	27,5	26,8	25,1	-9,6	-6,2
Alagoas	25,1	23,1	9,6	18,1	17,8	22,9	10,7	7,2	10,4	16,5	21,6	-14,1	30,6
Bahia	8,7	9,2	7,5	9,6	9,3	17,3	19,5	22,8	26,4	27,3	28,9	230,7	6,0
Ceará	13,5	18,6	14,4	19,3	16,9	18,4	15,1	19,0	30,2	29,0	30,3	125,0	4,6
Maranhão	10,3	10,5	7,9	13,1	15,2	19,0	18,9	18,5	16,5	19,0	19,5	89,0	2,5
Paraná	7,7	6,8	4,4	5,1	5,3	4,8	4,9	6,5	7,0	6,7	9,9	28,3	47,0
Pernambuco	32,0	36,8	27,5	30,3	22,1	16,3	24,5	21,3	16,0	13,4	9,3	-71,0	-30,5
Piauí	7,7	11,3	12,9	15,5	9,7	12,7	15,2	15,4	16,2	12,6	14,7	90,0	16,2
Rio Grande do Norte	8,5	12,4	7,3	13,3	12,9	13,2	13,0	19,9	13,8	26,7	31,9	276,0	19,8
Sergipe	28,7	33,3	23,5	22,4	42,5	33,6	25,6	30,2	13,6	16,9	24,8	-13,5	47,0
NORDESTE	15,9	18,3	13,4	17,0	15,4	16,6	17,2	18,6	19,1	20,2	21,4	34,4	6,1
Espírito Santo	45,3	47,9	39,9	33,0	32,3	32,8	36,8	38,0	33,1	34,7	23,6	-47,9	-32,0
Minas Gerais	18,2	24,5	24,7	24,9	28,1	26,8	23,7	23,4	20,1	26,7	27,4	50,6	2,7
Rio de Janeiro	66,0	61,4	57,3	55,7	55,9	49,8	44,6	39,9	42,0	34,9	33,7	-49,0	-3,3
São Paulo	64,4	61,9	47,3	34,9	33,0	23,8	22,6	22,7	20,1	18,6	21,1	-67,3	12,9
SUDESTE	54,8	53,8	44,2	36,4	35,9	29,1	27,0	26,2	24,1	23,4	24,5	-55,3	4,3
Paraná	49,6	56,9	65,0	65,6	73,0	71,9	77,8	87,9	84,1	73,8	75,6	52,5	2,5
Rio Grande do Sul	35,1	33,7	36,5	36,6	34,1	39,3	42,7	38,3	33,3	34,1	37,8	7,9	10,9
Santa Catarina	15,3	18,3	16,5	18,8	18,9	20,0	24,4	25,9	22,0	22,7	22,1	44,8	-2,8
SUL	35,5	38,3	41,8	42,5	44,1	46,0	50,4	52,4	48,0	44,9	46,7	31,6	4,2
Distrito Federal	23,5	23,3	26,9	22,1	15,8	24,3	23,1	23,8	19,9	23,6	17,7	-24,6	-25,1
Goiás	35,0	28,7	36,1	32,3	27,8	32,5	32,6	29,0	29,2	34,9	46,9	33,8	34,1
Mato Grosso	46,4	41,5	40,7	37,2	35,4	32,5	31,1	35,9	33,4	29,7	37,1	-20,1	25,0
Mato Grosso do Sul	43,0	49,6	37,8	33,0	39,4	33,4	40,4	44,0	30,1	27,1	22,6	-47,4	-16,6
CENTRO-OESTE	36,5	34,2	35,6	31,5	29,3	31,2	32,1	32,3	28,4	30,3	34,7	-4,9	14,8
BRASIL	41,9	42,1	37,3	33,7	33,5	30,6	30,8	31,1	29,2	28,5	29,9	-28,6	4,9

Figura 6 - Taxas de homicídio por (100 mil) na População Branca Jovem por UF e Região. Brasil, 2002/2012

Fonte: SIM/SVS/MS

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
												02/12	11/12
Acre	77,2	57,9	57,5	45,6	55,3	43,8	42,9	49,9	38,5	41,5	56,6	-26,7	36,4
Amapá	106,5	115,3	97,5	94,7	94,5	75,9	101,7	72,8	101,5	69,6	92,7	-13,0	33,2
Amazonas	60,8	62,7	49,9	55,6	62,6	64,8	69,5	75,5	80,8	93,5	84,7	39,2	-9,4
Para	62,1	67,1	67,4	84,1	85,4	84,7	104,2	102,5	109,0	93,8	91,5	47,4	-2,5
Rondônia	120,4	96,1	106,1	90,7	86,6	72,2	63,0	67,7	64,7	49,0	58,8	-51,2	20,0
Roraima	88,0	60,9	45,4	41,3	38,7	45,7	34,7	51,7	50,8	36,2	60,7	-31,1	67,6
Tocantins	27,1	28,2	29,3	28,1	38,3	30,1	35,4	39,0	52,0	47,3	50,0	84,3	5,5
NORTE	65,8	65,7	62,8	70,0	73,5	70,7	82,0	83,0	89,2	81,2	81,6	23,9	0,5
Alagoas	87,6	99,2	104,4	112,3	160,2	178,6	190,2	184,1	212,1	214,4	193,9	121,4	-9,6
Bahia	29,8	38,4	40,0	50,8	59,5	64,3	90,7	103,7	106,7	95,0	105,6	254,1	11,2
Ceará	45,2	45,2	50,1	54,6	54,8	61,4	66,0	67,1	78,8	82,5	125,6	177,8	52,3
Maranhão	19,4	28,2	26,2	32,1	32,1	37,8	43,8	48,6	51,2	48,9	56,6	192,1	15,6
Paraná	46,9	49,8	51,2	61,6	68,4	71,2	85,9	111,2	130,5	144,6	141,8	202,1	-2,0
Pernambuco	161,6	160,2	154,8	158,8	163,8	171,4	159,7	139,6	119,8	118,4	112,2	-30,6	-5,2
Piauí	22,2	20,6	23,6	28,0	34,5	26,1	26,0	27,0	26,5	31,4	37,9	70,8	20,4
Rio Grande do Norte	23,5	32,0	30,7	37,8	37,0	53,0	70,3	73,1	75,7	94,1	99,4	323,4	5,6
Sergipe	66,0	52,3	48,6	52,3	66,0	58,9	65,3	66,7	78,8	81,9	102,1	54,7	24,7
NORDESTE	54,8	58,9	59,4	66,6	74,0	79,5	89,8	92,8	96,3	95,1	105,2	92,1	10,6
Espírito Santo	153,2	140,8	154,1	149,7	163,8	165,1	178,9	186,9	162,9	154,7	155,0	1,2	0,2
Minas Gerais	45,8	62,6	74,3	70,0	64,3	62,6	59,2	53,8	52,3	56,9	64,7	41,3	13,8
Rio de Janeiro	218,0	199,0	179,9	166,8	156,7	137,2	106,4	94,1	94,3	76,1	75,4	-65,4	-0,9
São Paulo	129,6	118,8	90,9	64,1	52,9	37,1	33,6	32,4	29,6	27,6	32,2	-75,2	16,8
SUDESTE	119,5	117,1	107,2	92,2	84,8	74,0	65,8	61,5	58,5	54,5	58,6	-50,9	7,5
Paraná	36,9	37,5	45,6	57,9	44,5	54,4	60,8	53,7	49,8	46,8	53,6	45,2	14,7
Rio Grande do Sul	54,5	54,7	57,8	60,7	57,1	66,1	63,0	56,4	54,0	56,5	67,1	23,1	18,8
Santa Catarina	38,3	41,0	34,3	34,9	32,1	24,8	27,6	27,8	27,5	25,0	33,1	-13,6	32,4
SUL	42,7	43,4	47,7	55,3	46,4	53,2	55,9	50,0	47,1	45,7	53,8	26,2	17,7
Distrito Federal	111,6	122,0	113,4	101,2	106,7	107,0	112,4	126,3	106,3	106,8	116,5	4,4	9,1
Goiás	52,0	56,0	61,4	66,2	66,4	63,0	80,5	77,2	89,3	97,5	119,5	129,5	22,5
Mato Grosso	67,2	66,2	63,4	62,8	66,3	57,3	66,5	70,8	69,9	69,0	77,5	15,3	12,3
Mato Grosso do Sul	61,3	66,4	65,0	61,9	58,1	66,0	60,5	63,9	52,2	61,2	60,3	-1,7	-1,4
CENTRO-OESTE	68,4	72,5	72,4	71,5	72,9	70,5	80,4	83,1	82,5	87,2	100,3	46,7	15,0
BRASIL	77,7	79,3	76,3	75,4	76,1	74,4	78,0	77,6	78,3	75,6	82,3	6,0	8,9

Figura 7 - Taxas de homicídio por (100 mil) na População Negra Jovem por UF e Região. Brasil. 2002/2012

Fonte: SIM/SVS/MS

Município	UF	Homicídios Brancos			Homicídios Negros			Taxas Brancas			Taxas Negras			Vitim. %
		2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
São Paulo	SP	290	255	329	375	335	511	17,3	15,2	19,5	31,8	28,2	42,8	120
Rio de Janeiro	RJ	229	159	147	634	523	506	31,5	21,7	20,0	81,2	66,7	64,1	221
Salvador	BA	81	90	66	1188	989	992	63,4	69,9	50,9	194,6	160,8	160,2	215
Brasília	DF	56	67	50	453	463	514	19,7	23,2	17,0	104,5	105,0	114,8	574
Fortaleza	CE	117	91	105	687	743	1189	46,5	35,8	40,9	150,8	161,5	256,0	525
Belo Horizonte	MG	104	135	137	393	427	448	37,5	48,5	49,0	113,6	122,9	128,3	162
Manaus	AM	27	58	43	488	594	562	19,2	40,7	29,7	124,2	148,7	138,5	367
Curitiba	PR	498	370	344	65	57	61	139,1	102,4	94,6	65,8	57,2	60,7	-36
Recife	PE	35	37	22	510	522	455	22,1	23,3	13,8	209,7	213,5	185,0	1245
Porto Alegre	RS	175	186	192	108	92	152	64,6	68,5	70,5	137,3	116,7	192,2	173
Belém	PA	18	6	11	484	376	400	17,8	5,9	10,7	164,8	127,3	134,6	1154
Goiânia	GO	69	80	92	199	283	317	40,4	46,3	52,6	100,9	141,9	157,1	198
São Luís	MA	33	30	23	323	281	370	36,4	32,6	24,7	143,2	123,1	160,1	547
Maceió	AL	12	21	22	700	645	553	13,5	23,4	24,3	423,8	386,3	327,6	1251
Teresina	PI	18	17	21	122	142	169	28,1	26,4	32,3	69,9	80,8	95,3	195
Natal	RN	16	17	33	176	226	243	15,9	16,7	32,2	137,4	174,9	186,5	480
João Pessoa	PB	11	11	13	368	392	358	12,5	12,3	14,4	330,8	347,1	313,0	2073
Aracaju	SE	5	8	11	122	141	191	9,8	15,4	20,9	109,0	124,1	165,8	693
Cuiabá	MT	23	18	20	109	112	116	44,5	34,5	38,0	103,4	105,2	108,0	184
Porto Velho	RO	13	18	15	89	66	81	34,3	46,6	38,2	98,1	71,4	86,2	126
Florianópolis	SC	42	40	30	17	10	11	43,1	40,7	30,1	86,3	50,2	54,5	81
Macapá	AP	12	12	7	115	71	100	37,0	36,2	20,7	128,1	77,3	106,6	416
Rio Branco	AC	5	5	1	38	32	57	20,5	20,2	4,0	51,0	42,2	73,8	1762
Vitória	ES	15	11	12	138	109	115	37,1	27,0	29,2	291,1	228,0	238,7	718
Boa Vista	RR	4	0	3	34	28	45	19,5	0,0	14,0	52,4	42,2	66,3	374
Palmas	TO	7	8	7	26	31	26	31,1	34,5	29,3	50,3	58,1	47,4	62
Campo Grande	MS	22	26	16	58	62	63	20,6	24,0	14,6	54,7	57,7	58,0	296
BRASIL (CAPITAIS)		1.937	1.776	1.772	8.019	7.752	8.605	35,5	32,3	32,0	120,1	115,0	126,5	296

Figura 8 - Número e taxas de homicídio (por 100 mil) brancos e negros e vitimização negra nas capitais. População Jovem. Brasil, 2010/2012

Fonte: SIM/SVS/MS

Total Branco		Total Negro		Jovem Branco		Jovem Negro	
Curitiba	45,3	João Pessoa	138,1	Curitiba	94,6	Maceló	327,6
Porto Alegre	33,4	Maceió	137,7	Porto Alegre	70,5	João Pessoa	313,0
Goiânia	29,1	Fortaleza	111,2	Goiânia	52,6	Fortaleza	256,0
Porto Velho	24,9	Vitória	102,3	Salvador	50,9	Vitória	238,7
Cuiabá	23,3	Natal	90,4	Belo Horizonte	49,0	Porto Alegre	192,2
Salvador	22,1	Recife	84,5	Fortaleza	40,9	Natal	186,5
Belo Horizonte	21,0	Aracaju	84,3	Porto Velho	38,2	Recife	185,0
Fortaleza	20,9	São Luís	83,7	Cuiabá	38,0	Aracaju	165,8
Teresina	15,6	Goiânia	82,4	Teresina	32,3	Salvador	160,2
Palmas	15,5	Porto Alegre	79,4	Natal	32,2	São Luís	160,1
Manaus	14,4	Manaus	72,9	Florianópolis	30,1	Goiânia	157,1
Natal	14,4	Salvador	71,3	Manaus	29,7	Manaus	138,5
São Luís	14,2	Brasília	62,9	Palmas	29,3	Belém	134,6
Campo Grande	13,2	Belém	61,2	Vitória	29,2	Belo Horizonte	128,3
Aracaju	12,7	Belo Horizonte	58,9	São Luís	24,7	Brasília	114,8
Florianópolis	12,5	Cuiabá	55,4	Maceió	24,3	Cuiabá	108,0
São Paulo	11,5	Porto Velho	54,9	Aracaju	20,9	Macapá	106,6
Rio de Janeiro	11,3	Teresina	52,0	Macapá	20,7	Teresina	95,3
Vitória	11,2	Macapá	47,7	Rio de Janeiro	20,0	Porto Velho	86,2
Maceió	10,5	Rio Branco	42,6	São Paulo	19,5	Rio Branco	73,8
Boa Vista	9,5	Boa Vista	34,6	Brasília	17,0	Boa Vista	66,3
Macapá	9,1	Campo Grande	33,1	Campo Grande	14,6	Rio de Janeiro	64,1
Rio Branco	9,0	Rio de Janeiro	32,7	João Pessoa	14,4	Curitiba	60,7
Brasília	8,5	Palmas	31,8	Boa Vista	14,0	Campo Grande	58,0
Recife	7,4	Curitiba	30,5	Recife	13,8	Florianópolis	54,5
João Pessoa	5,7	Florianópolis	30,2	Belém	10,7	Palmas	47,4
Belém	5,3	São Paulo	22,5	Rio Branco	4,0	São Paulo	42,8

Figura 9 - Ordenamento das taxas de homicídio (por 100 mil) da População Total e Jovem das capitais segundo Raça/Cor. Brasil, 2012

Fonte: SIM/SVS/MS

Esses dados corroboram a colocação de Borges, Santos e Santos (2005) em que os autores analisam a violência contra o jovem negro.

Cidades transformadas em praças de guerras e que há apenas um algo, o negro. Entre os dois extremos, guerra do narcotráfico e violência policial, fica o jovem negro, [...] que não possui condição socioeconômica familiar capaz de lhe dar proteção, investimento educacional e qualquer alternativa à violência cotidiana (BORGES; SANTOS; SANTOS, 2005, p. 301).

Além disso, na análise dos homicídios, enquanto crime violento deve ser observado em suas múltiplas possibilidades de ocorrência.

Na RMGV, a análise dos espaços com maior incidência de violência letal indica que as mesmas estão nas áreas cuja ocupação é desordenada e/ou fragilizada, ou seja, nos bairros da periferia da RMGV. Nesse caso os moradores sofrem com a falta de investimento em lazer e cultura, a falta de investimento em saneamento básico, saúde, sem contar que quando o assunto é educação os índices de evasão escolar e analfabetismo, demonstram que a população de negros e pardos é sempre mais suscetível a estas mazelas

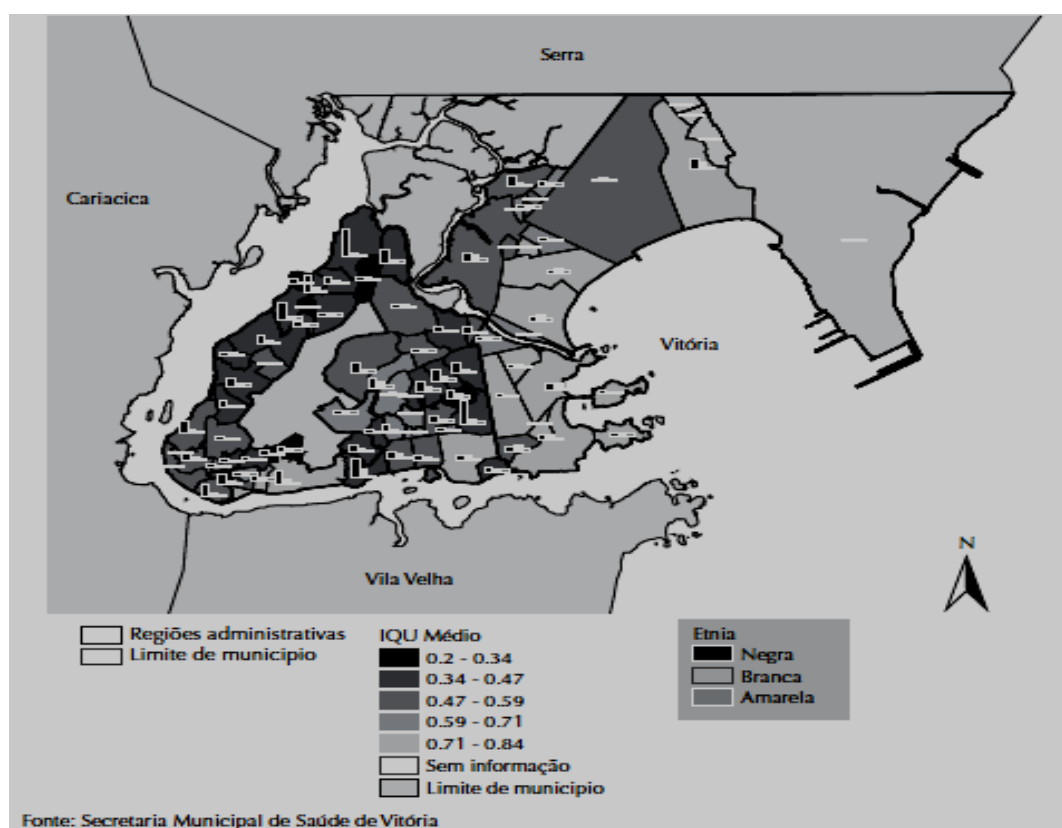


Figura 10 - Distribuição dos óbitos segundo Índice de Qualidade Urbana das regiões administrativas e etnia. Vitória - ES, 2000 a 2003

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Vitória

O mapa acima registra a distribuição dos óbitos da cidade de Vitória/ES, e representam os dados no período de 2000 a 2003. Também demonstra o número de óbitos envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos segundo a qualidade urbana da referida cidade. E estes dados, quando analisado a partir da cor da pele, revelam que a população de negros e pardos é muito mais elevada o que corrobora situação

dos mesmos, conforme análises anteriores. Santos et al (2005) destaca que “a abordagem policial na periferia das grandes cidades está em grande parte comprometida com a situação do extermínio da juventude negra” (p. 301), ou seja, a ação policial é uma representação do Estado e aponta uma não responsabilidade pelas garantias de direitos da população jovem e negro quando realizam ações que diferenciam o branco do negro. Portanto, evidenciamos praticas de violência contra um grupo específico e com ela o surgimento de novas formas de manifestação da violência contra a vida, em especial, do negro de nossas cidades.

O Gráfico 1 e a Figura 11 também revelam uma redução no número de homicídios da população branca e um aumento crescente no número de vítimas da população negra. Essa tendência se observa tanto para o conjunto da população quanto para a população jovem.

Gráfico 1 - Taxas de homicídio branco e negro e vitimização negra. População Jovem. Brasil, 2002/2012



Fonte: SIM/SVS/MS

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
												02/12	11/12
Acre	48	41	29	30	46	34	31	19	32	22	18	-63,0	-18,3
Amapá	17	12	10	22	14	21	5	10	28	26	20	23,2	-22,7
Amazonas	54	48	68	63	79	34	34	31	70	122	92	69,4	-25,0
Pará	140	147	152	176	160	187	210	215	263	239	239	70,8	0,1
Rondônia	198	175	167	149	151	106	141	145	145	115	137	-31,1	18,7
Roraima	21	14	10	12	21	10	15	10	8	4	13	-38,4	208,2
Tocantins	40	44	51	44	36	32	40	55	37	64	58	44,7	-8,8
NORTE	518	482	488	497	507	426	476	485	583	593	577	11,3	-2,6
Alagoas	140	89	68	93	91	106	60	42	52	79	83	-40,3	4,9
Bahia	167	177	177	189	204	271	349	337	382	417	439	162,9	5,5
Ceará	222	269	260	273	260	259	246	264	400	396	429	93,1	8,5
Maranhão	94	115	85	121	122	142	144	158	142	197	178	89,3	-9,4
Paraíba	62	49	45	51	51	37	48	51	49	81	88	42,8	9,6
Pernambuco	569	594	468	476	397	283	431	375	263	233	181	-68,1	-22,2
Piauí	45	38	48	56	50	65	54	56	61	62	57	27,6	-7,6
Rio Grande do Norte	69	104	70	86	93	108	110	136	123	166	208	201,1	25,4
Sergipe	80	85	71	85	102	93	90	91	63	55	71	-10,8	29,5
NORDESTE	1.448	1.522	1.293	1.431	1.370	1.363	1.533	1.510	1.535	1.685	1.737	19,9	3,1
Espírito Santo	429	443	359	313	332	341	335	306	300	274	206	-52,1	-25,1
Minas Gerais	939	1.172	1.201	1.185	1.276	1.204	1.112	1.092	976	1.253	1.242	32,2	-0,9
Rio de Janeiro	3.062	2.810	2.577	2.466	2.480	2.125	1.805	1.698	1.708	1.460	1.382	-54,9	-5,3
São Paulo	8.354	7.968	6.442	5.024	4.807	3.677	3.669	3.756	3.360	3.186	3.486	-58,3	9,4
SUDESTE	12.784	12.393	10.578	8.987	8.895	7.346	6.922	6.852	6.344	6.173	6.315	-50,6	2,3
Paraná	1.813	2.098	2.260	2.321	2.556	2.468	2.727	3.006	2.915	2.662	2.681	47,9	0,7
Rio Grande do Sul	1.576	1.541	1.577	1.598	1.580	1.728	1.884	1.778	1.622	1.603	1.842	16,9	14,9
Santa Catarina	477	537	524	511	551	529	678	684	678	668	641	34,5	-4,0
SUL	3.865	4.176	4.362	4.430	4.687	4.725	5.290	5.468	5.215	4.932	5.164	33,6	4,7
Distrito Federal	104	117	123	104	91	116	108	129	113	125	94	-9,5	-24,6
Goiás	483	412	515	410	379	399	431	409	392	468	600	24,3	28,3
Mato Grosso	330	309	277	263	239	271	240	247	243	252	257	-21,9	2,2
Mato Grosso do Sul	314	288	249	237	264	262	262	278	220	207	183	-41,7	-11,3
CENTRO-OESTE	1.231	1.126	1.163	1.014	973	1.047	1.041	1.063	968	1.051	1.135	-7,8	8,0
BRASIL	19.846	19.700	17.883	16.360	16.432	14.908	15.263	15.378	14.645	14.435	14.928	-24,8	3,4

Figura 11 - Número de homicídio (por 100 mil) na População Branca Total por UF e Região. Brasil. 2002/2012.

Fonte: SIM/SVS/MS

Esses dados desconstroem a ideia que a violência homicida do País está diretamente ligada e explicada pelas estruturas do crime, mais especificamente da droga.

Os dados registrados apresentam uma ligeira queda nos índices de mortes da população branca segundo a UF, e que a nível nacional, na década de 2000, houve uma significativa queda na mortalidade juvenil da população branca – 23,8% e um aumento de 7,1% na negra (Figura 12).

Município	UF	Homicídios Brancos			Homicídios Negros			Taxas Brancas			Taxas Negras			Vitim. %
		2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
São Paulo	SP	290	255	329	375	335	511	17,3	15,2	19,5	31,8	28,2	42,8	120
Rio de Janeiro	RJ	229	159	147	634	523	506	31,5	21,7	20,0	81,2	66,7	64,1	221
Salvador	BA	81	90	66	1188	989	992	63,4	69,9	50,9	194,6	160,8	160,2	215
Brasília	DF	56	67	50	453	463	514	19,7	23,2	17,0	104,5	105,0	114,8	574
Fortaleza	CE	117	91	105	687	743	1189	46,5	35,8	40,9	150,8	161,5	256,0	525
Belo Horizonte	MG	104	135	137	393	427	448	37,5	48,5	49,0	113,6	122,9	128,3	162
Manaus	AM	27	58	43	488	594	562	19,2	40,7	29,7	124,2	148,7	138,5	367
Curitiba	PR	498	370	344	65	57	61	139,1	102,4	94,6	65,8	57,2	60,7	-36
Recife	PE	35	37	22	510	522	455	22,1	23,3	13,8	209,7	213,5	185,0	1245
Porto Alegre	RS	175	186	192	108	92	152	64,6	68,5	70,5	137,3	116,7	192,2	173
Belém	PA	18	6	11	484	376	400	17,8	5,9	10,7	164,8	127,3	134,6	1154
Goiânia	GO	69	80	92	199	283	317	40,4	46,3	52,6	100,9	141,9	157,1	198
São Luís	MA	33	30	23	323	281	370	36,4	32,6	24,7	143,2	123,1	160,1	547
Maceió	AL	12	21	22	700	645	553	13,5	23,4	24,3	423,8	386,3	327,6	1251
Teresina	PI	18	17	21	122	142	169	28,1	26,4	32,3	69,9	80,8	95,3	195
Natal	RN	16	17	33	176	226	243	15,9	16,7	32,2	137,4	174,9	186,5	480
João Pessoa	PB	11	11	13	368	392	358	12,5	12,3	14,4	330,8	347,1	313,0	2073
Aracaju	SE	5	8	11	122	141	191	9,8	15,4	20,9	109,0	124,1	165,8	693
Cuiabá	MT	23	18	20	109	112	116	44,5	34,5	38,0	103,4	105,2	108,0	184
Porto Velho	RO	13	18	15	89	66	81	34,3	46,6	38,2	98,1	71,4	86,2	126
Florianópolis	SC	42	40	30	17	10	11	43,1	40,7	30,1	86,3	50,2	54,5	81
Macapá	AP	12	12	7	115	71	100	37,0	36,2	20,7	128,1	77,3	106,6	416
Rio Branco	AC	5	5	1	38	32	57	20,5	20,2	4,0	51,0	42,2	73,8	1762
Vitória	ES	15	11	12	138	109	115	37,1	27,0	29,2	291,1	228,0	238,7	718
Boa Vista	RR	4	0	3	34	28	45	19,5	0,0	14,0	52,4	42,2	66,3	374
Palmas	TO	7	8	7	26	31	26	31,1	34,5	29,3	50,3	58,1	47,4	62
Campo Grande	MS	22	26	16	58	62	63	20,6	24,0	14,6	54,7	57,7	58,0	296
BRASIL (CAPITAIS)		1.937	1.776	1.772	8.019	7.752	8.605	35,5	32,3	32,0	120,1	115,0	126,5	296

Figura 12 - Número e taxas de homicídio (por 100 mil) brancos e negros e vitimização negra nas capitais. População Jovem Brasil, 2010/2012

Fonte: SIM/SVS/MS

A capital do ES encontra-se na quinta classificação no ranking das capitais que mais mata jovens negros do país, quase duas vezes a média nacional que é de 126,5 (WAISELFIZ, 2014).

Os dados apresentados nos mapas nos levam a refletir sobre a eficácia da segurança pública enquanto atribuição do Estado, e a necessidade dessa discussão perpassar desde a definição do seu papel, enquanto garantidor de políticas públicas, as formas de repressão utilizadas por parte da força policial contra a população (principalmente contra os negros) e a precariedade de investimentos na área social.

Nesse cenário, cidades são transformadas em praças de guerras em que o alvo quase sempre é o jovem negro, “[...] que não possui condição socioeconômica familiar capaz de lhe dar proteção, investimento educacional e qualquer alternativa à

violência cotidiana” (BORGES; SANTOS; SANTOS, 2005, p. 301). Na RMGV essa também é a realidade (Tabelas 3 e 4 e Gráfico 2).

Tabela 3 – Total de ocorrências de homicídios na RMGV – 2005/2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
TOTAL	953	1262	1330	1358	1332	1214	1144	1111	1051	1060

Fonte: SESPIES – 2015

Tabela 4 – Homicídio Juvenil por Município da RMGV – 2005/2014

	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI	15/24	NI
Cariacica	50	155	130	39	116	40	147	22	136	46	108	44	123	51	121	41	122	13	105	18
Fundão	-	3	3	5	3	5	2	2	1	2	5	4	1	4	1	2	5	1	6	1
Guarapari	3	16	15	11	16	32	31	10	24	6	20	11	26	3	19	5	16	6	17	6
Serra	58	159	139	44	129	63	182	39	170	39	150	56	173	53	164	61	172	24	149	57
Viana	14	20	20	6	16	18	20	7	14	2	11	6	12	7	13	5	20	2	7	1
Vila velha	39	93	95	40	106	63	95	34	138	33	102	39	109	36	102	35	106	7	124	23
Vitória	33	95	73	26	61	32	64	28	68	17	72	19	51	25	52	17	49	8	70	8
TOTAL	197	541	475	171	447	253	541	142	551	145	468	179	495	179	472	166	490	61	478	114

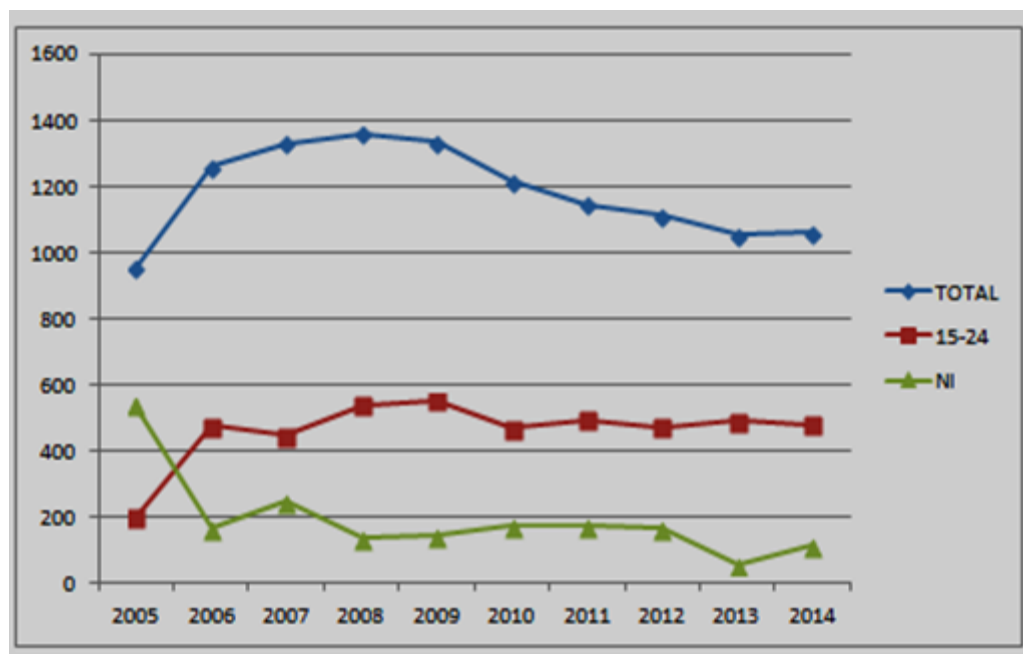
Fonte: SESPIES - 2015

Tabela 5 – A cor dos homicídios juvenis na RMGV – 2005/2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BRANCOS	-	-	-	-	5	-	29	34	57	51
NEGROS	-	-	-	-	8	-	36	36	61	89
PARDOS	197	467	447	541	538	468	430	392	364	302
NI	-	-	-	-	-	-	-	-	8	36

Fonte: SESPIES – 2015

Gráfico 2 - Total de homicídios, homicídios de jovens e de pessoas não Identificadas RMGV – 2005/2014



Fonte: SESP/ES, 2015

Assim, romper com a visão comum da correlação entre pobreza e violência é uma das principais tarefas dos pesquisadores. Isto se dá na medida em que “A pobreza não é uma variável isolada que opera exatamente da mesma maneira em todas as partes; não é mais que uma variável de um complexo de variáveis sociais e culturais, reconhecidamente independentes.” (MERTON, p.116, 1964).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão generalizada de que a violência urbana está relacionada à pobreza muitas vezes contribui para ações violentas da polícia e pelo distanciamento da sociedade, questão reforçada pela mídia onde as populações mais fragilizadas são constantemente expostas como principais responsáveis pela mesma.

Entretanto, além do preconceito, da segregação e da exclusão social essa população é vítima constante do descaso e/ou da violência por parte do poder, e do distanciamento social das camadas mais abastadas da sociedade, como resultado

do medo, que resulta no confinamento, em espaços fortificados da classe mais abastadas e dos pobres em espaços desprovidos de infraestrutura física, cultural e de lazer, o que reduz a convivência e os laços sociais.

Nesse contexto, além de responsabilizados pela violência cotidiana, o que os transforma de vítimas em vilões, os jovens, negros e do sexo masculino são as maiores vítimas dos homicídios na RMGV.

Reconstruir espaços públicos que valorizem a convivência da diversidade, seja política, econômica, social ou racial é o grande desafio que está posto para os gestores públicos e pela sociedade, que reproduz e/ou contribui para o processo de segregação e vitimização dos jovens na RMGV.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.
- BORGES, Doriam; CANO, Ignácio (Orgs). Homicídios na adolescência no Brasil – IHA 2012. **Observatório das Favelas**. Rio de Janeiro, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: 34/Edusp, 2011.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FOLLADOR, Kellen Jacobsen; FERREIRA, Gilton Luis. Histórias paralelas: modernização e urbanismo nas cidades de Vitória e Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. et al. (Org.) **Modernidade & modernização no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2015.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MATTOS, Rossana. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: Edufes, 2011.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. In: **Violência e participação política no Rio de Janeiro**. IUPERJ, n. 91, ago. 1995, Série de Estudos.

MERTON, Robert K. **Teoría y estructuras sociales**. Mexico/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Sobre a adesão juvenil às redes de criminalidade em favelas. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.) **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **15 anos do estatuto da criança e do adolescente**. 2005. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/15-anos-do-Estatuto-da-Crianca-e-do-Adolescente/21927>>. Acesso em 15 fev. 2015.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Modernização urbana na *belle époque* capixaba: revisitando o novo arrabalde. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. et al. (Org.) **Modernidade & modernização no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. et al. (Org.) **Modernidade & modernização no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M.; SIQUEIRA, Maria da Penha S. Expansão e modernização dos portos de Vitória (séc. XIX – XX). In: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. et al. (Org.) **Modernidade & modernização no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão territorial e violência**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2015

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude criminalizada**. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria José P.; BORGES, Rosângela. A juventude negra. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Org.) **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.) **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

UNITED Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2014). **World urbanization prospects**: The 2014 Revision, Highlights (ST/ESA/SER.A/352) Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wup/highlights/wup2014-highlights.pdf> Acesso em: 2 jan. 2016.

UNITED Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2015. **World population prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables**. Working Paper No. ESA/P/WP.241. Disponível em <http://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

_____. **Mapa da violência 2014: jovens do Brasil**. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.